

Editorial

Ricardo do Nascimento¹

Yuri de Lima Ribeiro²

Prezadas leitoras e prezados leitores,

A publicação do volume 4, número 1 (2025), da Revista Discente de Ciência Política ocorre em um contexto marcado por desafios institucionais e operacionais enfrentados ao longo do primeiro semestre de 2025. Assim como outras revistas vinculadas à Universidade Federal Fluminense, a ZIZ foi impactada por sucessivas instabilidades técnicas na plataforma editorial, que exigiram reorganização interna, ajustes de fluxos de trabalho e um empenho adicional por parte de toda a equipe editorial.

Durante esse período, lidamos também com um volume inédito de submissões, reflexo tanto da consolidação da revista no campo da Ciência Política quanto da ampliação de sua circulação entre pesquisadores em diferentes estágios de formação. Diante desse cenário, foi necessária a suspensão temporária do fluxo contínuo por quatro meses, medida adotada de forma responsável para garantir a qualidade dos processos editoriais, a integridade das avaliações e o adequado acompanhamento dos manuscritos submetidos.

No início do segundo semestre, passou a vigorar a atualização do *Open Journal Systems* para a versão 3.4.0.9, que trouxe melhorias significativas no funcionamento da plataforma. A redução expressiva das instabilidades técnicas permitiu tornar o trabalho editorial mais ágil, criando condições favoráveis para a retomada plena das atividades da revista. A partir desse marco, foi possível avançar de maneira consistente na editoração dos artigos e no planejamento editorial da presente edição.

Paralelamente aos avanços no plano técnico-editorial, a revista obteve resultados expressivos em sua estratégia de comunicação científica por meio das redes sociais. O perfil da ZIZ no Instagram apresentou crescimento significativo tanto em alcance quanto em engajamento, com visualizações oriundas de diversos estados do

¹ Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ricardonascimento@id.uff.br

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: yurilr@gmail.com

país. Em 27 de maio, a revista alcançou a marca de 1.000 seguidores e, atualmente, já contabiliza 1.330 seguidores, evidenciando a ampliação de seu público leitor e o fortalecimento de sua presença no debate acadêmico e científico.

A revista também segue cumprindo um papel formativo relevante no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), mantendo-se como disciplina e gerando resultados positivos para o programa. A cada semestre, são ofertadas seis vagas para discentes internos do PPGCP/UFF e duas vagas para discentes externos. No último processo seletivo para editores externos realizado em setembro, foram selecionados um discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e uma discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fortalecendo o caráter interinstitucional da revista.

No que se refere à qualificação dos processos editoriais, em setembro realizamos uma seleção específica para revisores gramaticais e de normas da ABNT. O processo contou com elevado número de inscritos, dos quais foram selecionados dez revisores, que atualmente compõem um corpo fixo de revisão e têm desempenhado um trabalho fundamental para a padronização, clareza e qualidade final dos textos publicados.

Ainda nesse esforço de fortalecimento institucional, no primeiro semestre de 2025 foi realizada uma seleção para pareceristas, que contou com mais de cem inscritos. Esse interesse contribuiu para a ampliação e diversificação do banco de avaliadores da revista, aspecto central para a consolidação de um processo de avaliação por pares rigoroso.

Ao longo de 2025, a revista também promoveu duas atividades acadêmicas abertas ao público, organizadas pela Equipe Editorial e transmitidas pelo YouTube, reforçando o compromisso da ZIZ com a divulgação científica e a formação acadêmica. O primeiro evento, intitulado “Os Comitês de Ética e a Proteção dos Participantes de Pesquisa”, contou com a participação do Prof. Dr. Marcos Marques de Oliveira (UFF) como palestrante e teve como objetivo fomentar o debate sobre ética em pesquisa, procedimentos institucionais e a proteção dos sujeitos envolvidos em investigações científicas. O segundo evento foi o lançamento do dossiê “Eleições municipais das ruas às redes: partidos, comunicação e estratégias de campanha”, reunindo os organizadores do dossiê e os autores dos artigos publicados. A atividade constituiu um espaço

qualificado de troca acadêmica, no qual os autores puderam apresentar suas pesquisas, dialogar sobre a temática do dossiê e aprofundar discussões teóricas e empíricas com o público participante.

Os textos dessa edição exploram a crise da democracia contemporânea, analisando como o retrocesso institucional e a polarização política afetam países como Brasil, Angola, Polônia e África do Sul. No contexto brasileiro, as fontes examinam o ressurgimento da fome, o impacto do bolsonarismo e as transformações na esfera pública após as manifestações de 2013 e o impedimento de Dilma Rousseff. O cenário angolano é discutido através das falhas na representação política e dos obstáculos que impedem a devida prestação de contas dos governantes. Internacionalmente, o foco recai sobre a erosão democrática gradual e a eficácia de coalizões de oposição para interromper processos de autocratização. De modo geral, as pesquisas enfatizam a necessidade de fortalecer as instituições, garantir a justiça social e proteger a liberdade de imprensa diante de tendências autoritárias globais.

O texto **“As transformações da esfera pública política brasileira desde as jornadas de junho até o impedimento de Dilma Rousseff”**, de Luiz Eduardo Nascimento dos Santos, aplica a teoria habermasiana para diagnosticar as metamorfoses na comunicação política nacional. O autor sustenta que os eventos de 2013 virtualizaram a mobilização política, mas evoluíram para uma esfera pública brasileira hiperfragmentada e privatizada, onde o debate racional foi substituído por bolhas ideológicas. Conclui-se que a emergência de esferas semipúblicas, marcadas pela hipertrofia de demandas privadas e sentimentos antipolíticos, intensificou a polarização extrema e facilitou a disseminação de negacionismos e conspiracionismos que corroem a vida cívica comum.

O trabalho **“Laboratório Brasil: O desaparecimento forçado da Guerra Fria à Guerra ao Terror”**, de José Roberto Nogueira de Sousa Carvalho, investiga a continuidade histórica de técnicas repressivas que utilizam a invisibilização do corpo como estratégia de poder. Demonstra que o Brasil atuou como um “laboratório” contrainsurgente, cujas práticas de desumanização testadas na ditadura militar serviram de base para a sofisticação das táticas de rendição extraordinária adotadas pelos EUA no século XXI. O autor conclui que a Doutrina de Segurança Nacional assentou as bases da luta contra o inimigo político, encapsulado hoje na figura do “terrorista radical”,

permitindo que o Estado negue sua responsabilidade enquanto instaura um trauma perene na oposição

“Políticas Públicas de Combate à Fome no Brasil: Uma Revisão Crítica da Trajetória 2004–2021”, de Franciele Cardoso Nunes e Rafaely da Silva Reggiori, é um artigo que analisa o ciclo de ascensão e queda da segurança alimentar nacional e problematiza a fome como uma construção social e política resultante de escolhas deliberadas do Estado. O estudo contrasta o período de avanços estruturais (2004–2014), que permitiu a saída do país do Mapa da Fome, com o desmonte subsequente de programas como o Fome Zero e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Conclui-se que a superação da insegurança alimentar exige uma abordagem sistêmica e o fortalecimento de instrumentos educativos como o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, reafirmando que o ato de comer é um direito humano que demanda a integração de políticas de renda, saúde e soberania alimentar.

O artigo de Haia Ayman Shahadeh, **“Impactos das guerras ideológicas estadunidenses: conservadorismo, evangelismo e a ascensão da nova direita no mandato de Jair Bolsonaro”**, examina como as narrativas externas de combate ao comunismo, às drogas e ao terrorismo foram territorializadas no Brasil para viabilizar um projeto de poder neoconservador. Utilizando as escalas geográficas de Neil Smith, busca demonstrar que o mandato bolsonarista representou um ponto de inflexão que consolidou a “nova direita” como força hegemônica, ancorada em uma crise de hegemonia estatal. A conclusão aponta para um alinhamento entre o conservadorismo evangélico e as Forças Armadas, resultando em uma “diplomacia da vassalagem” e no enfraquecimento do Estado social em favor de uma agenda moralista e punitiva.

O texto **“Desempenho ambiental é democrático? Uma análise comparada do Democracy Index e Environment Performance Index (EPI)”**, de Flávia Silva Lanza e Cássio Alex Wohlenberg Pires, investiga a correlação entre a higidez das instituições e a eficácia das políticas ecológicas. Através de uma análise qualitativa e descritiva de dados de 2023 e 2024, o estudo demonstra que regimes democráticos superam os autoritários na gestão ambiental devido a mecanismos intrínsecos de transparência, responsabilidade e participação cidadã. Tais elementos exercem uma pressão institucional que obriga os governantes a adotarem regulamentações rigorosas, evidenciando que a preservação do meio ambiente, embora dependente de recursos

econômicos, encontra na democracia seu solo mais fértil para a sustentabilidade e o investimento em práticas regenerativas.

Em **“A 'crise' de representação política: obstáculos à *accountability* vertical em Angola”**, a pesquisa de Orlando Pedro Quintas debruça-se sobre as barreiras institucionais que impedem o controle dos governantes pelos governados no contexto angolano. Ao analisar o sistema eleitoral de listas fechadas e bloqueadas, o autor identifica o surgimento do fenômeno “Cavalo de Calígula”, em que representantes sem capital político próprio são eleitos apenas pela conveniência das elites partidárias. O artigo conclui que a *accountability* vertical em Angola é praticamente inexistente, pois a rigidez da disciplina partidária converte o mandato representativo em mandato imperativo partidário, exigindo reformas estruturais que devolvam ao cidadão o poder efetivo de punir ou recompensar seus eleitos

“Coalizões de oposição nas eleições legislativas para interromper a erosão democrática: os casos da Polônia e da África do Sul”, de Nicholas Passeto de Oliveira Czekus, analisa o potencial das alianças partidárias para frear o retrocesso institucional em democracias da “Terceira Onda”. Utilizando o Desenho de Sistemas Mais Diferentes (MDSD), o autor demonstra que tais coalizões são mecanismos de responsabilização eficazes, mas que seu sucesso é condicionado pela interação com o ambiente institucional e pela resiliência de órgãos de controle. A conclusão indica que a união de partidos de diferentes espectros é capaz de gerar a alternância de poder, mas a durabilidade dessa reversão depende da coesão interna e do engajamento contínuo da sociedade civil contra o autoritarismo furtivo

“Liberdade, conflito e democracia: diálogos entre Maquiavel, Mouffe e Fraser na contemporaneidade”, de Raquel Gomes Valadares, é um texto que estabelece um diálogo teórico entre o pensamento político de Maquiavel e as perspectivas contemporâneas de Chantal Mouffe e Nancy Fraser para rediscutir as noções de liberdade e conflito. A investigação sustenta a hipótese de que a concepção do conflito e o amor à liberdade se reconfiguram na democracia contemporânea, permitindo a recepção das demandas de grupos politicamente considerados minoritários. A autora conclui que a democracia deve ser compreendida como um regime do dissenso, onde a tensão entre os diferentes desejos sociais não é uma patologia, mas a condição necessária para o fortalecimento da própria liberdade política.

Thiago Logatto contribuiu com a resenha crítica da obra de Leonardo Avritzer, **“O pêndulo da democracia”**, analisando as oscilações da política brasileira sob a ótica de um movimento pendular que alterna entre avanços democratizantes e regressões autoritárias. O texto destaca que a crise iniciada em 2013 expôs a fragilidade de um arranjo constitucional que tentou conciliar um Estado social com estruturas de um Estado patrimonial persistente. Conclui-se que, embora o pleito de 2022 sinalize uma reconstrução democrática, a persistência de “vias antissoberanas” e a força de setores conservadores no Congresso ainda abalam o horizonte democrático, exigindo vigilância contra a deslegitimação judicial e a influência militar.

Nota-se que o eixo central a perpassar todos os textos é a democracia, analisada em sua crise, erosão ou resiliência. A resenha sobre a obra de Leonardo Avritzer destaca a centralidade desse eixo ao discutir o “movimento pendular” entre democracia e autoritarismo no Brasil, tema que reverbera na análise da “crise de representação” em Angola e nas estratégias de coalizão para frear retrocessos na Polônia e na África do Sul.

Essa heterogeneidade territorial destaca outra preocupação comum entre os artigos: as interconexões da democracia com a geopolítica. Seja na investigação de mecanismos valorativos – tais como as “guerras ideológicas” dos Estados Unidos moldando a nova direita, do Brasil enquanto “laboratório” para táticas de desaparecimento forçado na evolução da Guerra Fria para a Guerra ao Terror ou no diálogo conceitual entre Maquiavel, Mouffe e Fraser –, seja nos seus efeitos sobre a qualidade substantiva do regime político na eficácia da preservação ambiental, da garantia do direito humano à alimentação adequada e nas transformações da esfera pública política.

A variedade metodológica é outro ponto a ser salientado nesta edição, transitando entre o diálogo teórico puro (Avritzer, Maquiavel, Mouffe e Fraser), a análise histórica qualitativa (bolsonarismo e desaparecimentos forçados), bem como o uso de dados estatísticos e índices internacionais (Democracy Index, EPI e Afrobarometer). Alguns autores focam no desenho institucional e procedimental – como o sistema eleitoral angolano ou as coalizões legislativas, enquanto outros analisam a dimensão social e biopolítica – como as políticas de combate à fome e a gestão ambiental –, revelando diferentes dimensões da democracia em suas análises.

Em suma, o conjunto dos oito artigos e da resenha que compõem esta edição da ZIZ oferece um diagnóstico amplo e multidimensional sobre as tensões que moldam a política contemporânea, especialmente no Sul Global. O perfil dos autores e a densidade dos temas reafirma a ZIZ como um periódico discente de pautado pelo rigor acadêmico e vocação crítica. Demonstra também uma grande diversidade de níveis de formação, abrangendo desde graduandos e bacharéis até mestrandos e doutorandos de diversas instituições.

Por meio dessa pluralidade, a revista segue contribuindo com a formação da nova geração de cientistas políticos, incentivando o diálogo entre graduandos, pós-graduandos e professores. Seja através da interdisciplinaridade da Ciência Política com Relações Internacionais, História, Direito, Geografia e Saúde Pública, seja privilegiando o debate contemporâneo e aplicado, transformando crises políticas imediatas (como o 8 de janeiro ou a insegurança alimentar) em objetos de pesquisa sistemática.

Por fim, registramos nosso agradecimento a toda a equipe editorial, cujo trabalho voluntário, comprometido e qualificado foi fundamental para atravessar um ano particularmente desafiador e garantir a continuidade do projeto editorial da revista. Agradecemos também aos autores, pareceristas e leitores que confiam na ZIZ e contribuem para o fortalecimento da produção científica discente em Ciência Política.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.